

Contabilidade Ambiental como ferramenta de Responsabilidade Social e desenvolvimento sustentável nas organizações: Um estudo de caso na Natura Cosméticos S/A

Daniele Caroline Machado (FAFIT) dcmachaddo@hotmail.com
Felipe Lopes de Oliveira (FAFIT) felipe_oliveira_lopes@hotmail.com
Renata Corrêa Deppa (FAFIT) renatcor@hotmail.com

Resumo

Com o crescente aumento populacional e, conseqüentemente, o aumento da demanda de forma geral, nunca foi necessário produzir tanto para atender tantas pessoas. Nesse sentido, o presente artigo objetiva identificar de que maneira a contabilidade ambiental pode contribuir como ferramenta de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável nas organizações. Para alcançar tais objetivos, as metodologias utilizadas se caracterizam como exploratória e descritiva, sendo realizado também um estudo de caso, por meio de análise das demonstrações contábeis disponibilizadas pela empresa Natura Cosméticos S/A. Observou-se que a contabilidade ambiental como ferramenta de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, além de ajudar a preservar o meio ambiente, e promover o desenvolvimento social, pode também atuar como importante estratégia de marketing e postura empresarial, no entanto, faz-se necessário maior atenção por parte dos órgãos competentes em disciplinar essa importante ferramenta.

Palavras chave: Contabilidade Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Social.

Environmental Accounting as a tool for Social Responsibility and sustainable development in organizations: A case study at Natura Cosméticos S/A

Abstract

With increasing population growth and consequently increasing demand overall, it has never been necessary to produce so much to meet so many people. In this sense, the present article aims to identify how environmental accounting can contribute as a tool of social responsibility and sustainable development in organizations. In order to achieve these objectives, the methodologies used are characterized as exploratory and descriptive, and a case study was also carried out, through an analysis of the financial statements provided by Natura Cosméticos S / A. It was observed that environmental accounting as a tool for social responsibility and sustainable development, besides helping to preserve the environment, and promote social development, can also act as an important marketing strategy and business posture, however, it is necessary greater attention on the part of the competent authorities in disciplining this important tool.

Key-words: Environmental Accounting, Sustainable Development, Social Responsibility.

1. Introdução

Quando se trata de problemas ambientais e degradação da natureza, o primeiro agente causador a ser lembrado como fonte desses impactos ambientais, inevitavelmente, são as grandes organizações e seus processos operacionais. Fato este, que vem causando uma forte tendência de conscientização e postura empresarial por parte de seus gestores, que por sua vez, passam a preservar e promover a imagem da organização através do desenvolvimento sustentável e da geração de valores à sociedade em que está inserida.

A contabilidade tem por objetivo o registro e controle de todo o patrimônio da organização, possuindo os métodos, técnicas e ferramentas necessárias para evidenciar as origens e aplicações dos recursos da entidade. No entanto, as evidenciações contábeis estão mais direcionadas para contabilidade convencional, diante disso, surge o seguinte problema, de que maneira a contabilidade ambiental pode contribuir para o desenvolvimento sustentável e responsabilidade social nas organizações? O objetivo desse trabalho é apresentar a contabilidade ambiental como ferramenta de desenvolvimento sustentável nas organizações, seu impacto perante as estruturas organizacionais das empresas, além de demonstrar a contabilidade ambiental como ferramenta de mensuração, controle e evidenciação dos ativos biológicos, evitando assim sua rarefação.

Para melhor entendimento da relação entre a contabilidade ambiental com a responsabilidade social, será realizado um estudo de caso na empresa Natura Cosméticos S/A, escolhida por seu discurso sustentável.

O interesse dos autores por essa linha de pesquisa surgiu por meio da necessidade e desafio que todas as ciências possuem em comum, que é o de desenvolver meios de sobrevivência da espécie humana, que se encontra em constante crescimento em um planeta com recursos finitos.

Essa linha de pesquisa não objetiva demonstrar o desenvolvimento sustentável apenas como forma de preservação e benefício ao meio ambiente, que é o patrimônio natural da humanidade, mas também como uma ferramenta de oportunidade de negócios e visão gerencial para organizações, uma vez que o desenvolvimento sustentável trabalhará pela redução de resíduos, diminuição de custos, desenvolvimento de fontes de matérias-primas renováveis e penetração de um novo nicho de mercado ecologicamente correto.

Diante do exposto, o uso da contabilidade ambiental como ferramenta de desenvolvimento sustentável, torna-se cada vez mais uma tendência de mercado, pois uma de suas consequências é a de pressionar as organizações a diminuir seus impactos ambientais, ao mesmo tempo em que oferece novas oportunidades de mercado às mesmas.

Para embasar o estudo, apresenta-se o referencial teórico em que consta uma revisão acerca da sustentabilidade e a sua relação com a estrutura organizacional, a evidenciação das informações de natureza contábil ambiental e social, sobre o balanço social, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e o relatório de sustentabilidade. Em seguida, identifica-se o método de pesquisa aplicado ao trabalho, apresentam-se os resultados obtidos a partir da análise dos dados e, finalmente, as considerações finais que visam responder aos objetivos propostos.

2. Sustentabilidade versus estrutura organizacional

Com o aumento da demanda de produção em geral, as organizações, pressionadas pelo constante aumento populacional, necessitam produzir cada vez mais para atender as necessidades de tantas pessoas, sendo necessário observar e harmonizar dois agentes: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. Para Costa (2012), a essência do

princípio do desenvolvimento sustentável surgiu a partir do rápido crescimento econômico que gerou imensurável desequilíbrio ambiental, por meio do aumento da poluição e degradação ambiental sem consciência e planejamento.

Entende-se que o desenvolvimento sustentável pode ser definido como o desenvolver econômico em harmonia com as limitações ecológicas do planeta, em outras palavras, sem destruir o meio ambiente, para que as gerações futuras tenham a chance de existir e viver bem. Para que isso seja possível, é necessário existir equilíbrio entre tecnologias, estruturas organizacionais e o meio ambiente, objetivando buscar em seus processos o desenvolvimento, não o crescimento, muitas vezes confundidos. Costa (2012) apresenta o crescimento como a criação e acúmulo de riquezas de forma centralizada, sem levar em consideração outros aspectos como a qualidade de vida e seus agentes externos e internos, já o desenvolvimento, além de buscar riquezas, observa a distribuição das mesmas, a qualidade de vida e o meio ambiente, obtendo assim uma relação harmoniosa com seus agentes.

Observa-se que a degradação do patrimônio natural da humanidade, que é o meio ambiente, em conjunto com os avanços do processo de globalização, vem tornando o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente, uma preocupação cada vez maior para as organizações, pois passam a ser mais pressionadas na medida em que os recursos naturais começam a se tornar cada vez mais escassos, estimulando-as a não atentarem somente ao crescimento e lucro, mas também a imagem que a organização transmite aos seus *stakeholders*, sejam eles órgãos fiscalizadores da esfera pública, clientes e fornecedores com os mesmos princípios de desenvolvimento sustentável, acionistas, investidores, ou qualquer outra forma de agentes internos e externos. Andrade, Tachizawa e Carvalho (2000 apud TINOCO, 2010) destacam que essa postura por parte das organizações, se dá pela mudança de competência do desenvolvimento sustentável, que além de cuidar e preservar o patrimônio natural, passou a ganhar força estratégica administrativa, buscando maior visibilidade para a organização.

Segundo Costa (2012) as organizações que fazem uso de tecnologias objetivando aprimorar seus processos produtivos e estruturais de maneira sustentável, desfrutarão de alguns benefícios, tais como a redução dos custos de produção através da diminuição e reaproveitamentos dos resíduos dos processos produtivos, vantagens competitivas adentrando em um novo nicho de mercado ecologicamente correto, menor índice e taxa por sinistros ambientais, diminuição de risco de multas ambientais, além de gerar comprometimento e admiração por parte de seus colaboradores, tonando assim, as organizações, mediante os seus processos e práticas, co-responsáveis pelo desenvolvimento ambiental e social.

3. Evidenciação das informações de natureza contábil ambiental-social

Entende-se que a contabilidade é o principal sistema de evidenciação das informações de uma organização, é através dela que são tomadas decisões que poderão garantir ou comprometer o futuro da entidade. Segundo Christophe (1992, apud, TINOCO, 2010) a contabilidade ambiental é um sistema de informação capaz de evidenciar a rarefação causada dos ativos naturais devido as suas atividades, bem como os esforços, investimento e medidas tomadas pela organização para contenção de tal degradação.

De acordo com Costa (2012), o Ativo Permanente deverá ser dividido de três partes: imobilizado ambiental, investimentos ambientais e diferido ambiental. O imobilizado ambiental compreende as contas referentes a equipamentos, instalações e máquinas adquiridas com o objetivo de preservar, proteger ou recuperar o meio ambiente. O investimento ambiental compreende os gastos, que tenham por objetivo, recuperar o meio ambiente utilizado ou para mantê-lo preservado. E por fim, o diferido ambiental, deverá conter os gastos oriundos de

pesquisas e estudos para o aprimoramento e desenvolvimento de produtos e tecnologias visando reduzir ou acabar com os impactos ambientais causados pelas atividades da organização.

O Passivo Ambiental, segundo Costa (2012), são todas obrigações adquiridas pela organização de forma voluntária ou involuntária, ou ainda, investimentos visando à preservação, recuperação e controle do meio ambiente, tendo como contrapartida um custo ou ativo ambiental.

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), através da NPA 11, conceitua como Ativo ambiental equipamentos, com vida útil superior a um ano, adquiridos para a redução ou eliminação de agentes poluentes; gastos com pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, quando trouxerem benefícios e ações em exercícios futuros; estoques de insumos para o processo de eliminação dos níveis de poluição e todos os demais esforços para substituição do Passivo Ambiental por Ativos Ambientais, como a geração de empregos, de impostos e a construção de obras de infraestrutura como escolas, creches e áreas verdes (IBRACON, 2016).

Observa-se que a contabilidade ambiental pode atuar como uma importante ferramenta de gestão, seja otimizando os processos da organização, reduzindo os custos e resíduos de produção, gerando maior conforto e segurança a seus colaboradores, ou mesmo evitando possíveis autuações, indenizações e multas.

Segundo Tinoco (2010) a contabilidade ambiental começou a ser reconhecida como um novo ramo da ciência contábil em 1998, com a conclusão do então chamado “relatório financeiro e contábil sobre o passivo e custos ambientais”, elaborado pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (ISAR – United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of accounting and Reporting). Ainda sobre isso, Bergamin Jr. (2000, apud, TINOCO, 2010) afirma que, juntamente com esse trabalho, o ISAR vem unindo esforços com o Comitê de Práticas de Auditoria Internacional (IAPC – International Auditing Practices Committee), objetivando estabelecer padrões de evidenciação, possibilitando a verificação e comparação do desempenho ambiental, evidenciado nas demonstrações contábeis, e os impactos ambientais que podem afetar a longo ou médio prazo o patrimônio da empresa.

Para Tinoco (2010) o aumento dos problemas e desastres ambientais provocados pelas entidades públicas ou privadas, juntamente com a conscientização e mobilização da sociedade, originou maior comprometimento e cuidado com o meio ambiente e recursos naturais por parte das organizações, que passaram a observar os dilemas ecológicos/ambientais não apenas como econômicos, mas também como políticos e sociais, uma vez que se trata da sustentabilidade das organizações e do planeta.

Observa-se então, que esse ramo da contabilidade tem por objetivo combinar e facilitar a transição das informações de natureza contábil ambiental a fim de mensurar os impactos e custos para salvaguardar o meio ambiente, gerando visibilidade para os investimentos e comprometimento das organizações, que passam a se preocupar com a imagem que transmite à sociedade em que está inserida.

3.1 Balanço Social

Definido por Tinoco (2010), o Balanço Social é uma ferramenta de gestão que objetiva demonstrar de maneira transparente, informações que busquem o desenvolvimento social, sejam elas econômicas, contábeis, ambientais ou sociais, oriundas do desempenho das atividades das organizações, aos diversos usuários dessas informações.

No Brasil, a evolução histórica do Balanço Social segundo Reis e Medeiros (2011) se deu da seguinte forma:

- a) 1965 – A ADCE (Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil faz uso explícito da expressão responsabilidade social, na carta Princípios dos Dirigentes Cristãos das Empresas;
- b) 1975 – Decreto-Lei nº 76.900 cria a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), primeiro relatório a oferecer dados das organizações e seus colaboradores ao Ministério do Trabalho;
- c) 1977 – A UNIAPAC (União Internacional de Dirigentes Cristãos de Empresa) cria o Plano de trabalho 77/88, destacando o Balanço Social, a responsabilidade e gestão social das organizações;
- d) 1984 – A Nitrofértil, estatal baiana, elaborou e publicou seu primeiro relatório de atividades sociais;
- e) 1985 – A Telebrás também publicou o primeiro relatório de suas atividades sociais;
- f) Final da década de 80 – FIDES (Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial Social) elabora um modelo de relatório para publicação no formato do Balanço Social;
- g) 1997 – O PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresarias), juntamente com a ABRASCA (Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto, e a CVM (Comissão de Valores Imobiliários), impulsionados pelo projeto de Lei 3.116 de 14/05/1997, que propunha como ementa o Balanço Social, promovem debates entre as associações e empresários a fim de regulamentar as atividades das organizações no âmbito social;
- h) 1998 – O IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), em conjunto com entidades públicas, realizou um seminário no Rio de Janeiro, discorrendo sobre a importância do Balanço Social e a Responsabilidade Social;
- i) 1998 – O Instituto Ethos de Responsabilidade Social, começa a atuar com importante papel na divulgação da responsabilidade social das organizações.

Após a evolução dos fatos, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) na competência de disciplinar as demonstrações contábeis, publica a resolução 1.003/04 em 19 de agosto de 2004, aprovando a NBC T 15, que institui regras para a elaboração de demonstrações de Natureza Social Ambiental (CFC, 2016).

Pode-se inferir que o objetivo do Balanço Social, como afirmam Tinoco e Robles (2006), é um demonstrativo que busca descrever, da forma mais clara possível, alguns aspectos importantes da real situação econômica e social de uma organização em relação a seus agentes.

3.2 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A construção e divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) originou-se nos países da Europa, com forte influência da Inglaterra, Alemanha, Espanha e França, como forma de mensuração da relação das organizações com o cenário econômico e social do local (TINOCO, 2010).

No Brasil, a DVA se deu através da alteração da Lei das sociedades anônimas – Lei 6.404/76, feita pela Lei 11.638/07, sancionada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em 27 de dezembro de 2007, instituindo sua obrigatoriedade e divulgação.

Essa nova Lei, por meio de seu artigo 176, restringiu a elaboração e publicação da DVA, direcionando a obrigatoriedade, como regra, para as companhias de capital aberto, com exceção

apenas para as companhias de capital fechado que possuam um faturamento anual superior a R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) (BRASIL, 2007).

Em seu artigo 188, Inciso II, a Lei 11.638/07, discrimina as informações que devem conter na DVA, sendo: o valor da riqueza gerada pela companhia e a distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como, empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Para Luca (1998, p. 28), "A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração".

Relacionando o conceito da DVA com o segmento econômico, Kroetz (2000) afirma que por meio dessa demonstração é possível visualizar a contribuição econômica da organização, mapeando cada segmento com que ela se relaciona, resultando o Produto Interno Bruto (PIB) produzido pela organização. Entende-se então, que a demonstração do valor adicionado evidencia a riqueza gerada individualmente por organização.

Nessa mesma visão, Santos e Lustosa (1998) concluem que a soma da pulverização da DVA, equivale ao conceito macroeconômico de renda Nacional. Assim, como o processo de transformação dos recursos intermediários em produtos e serviços finais só é alcançado pela aplicação dos fatores de produção como a mão de obra, capital, governo e organizações. De maneira simplista, a remuneração desses fatores (salário, juro, aluguel, imposto e lucro) formam a renda em poder da sociedade, que retornam para as organizações, seja na aquisição de seus produtos e serviços, ou seja sob novos financiamentos, reiniciando o ciclo econômico.

Conforme Rahman (1999, apud, TINOCO, 2010), a DVA é uma importante ferramenta para empresas nacionais e multinacionais que desejam implantar um novo empreendimento em determinado local, pois através de uma estimativa de projeção da DVA, seria possível apresentar a contribuição da empresa a esse local, mensurando a repartição dos seguimentos beneficiados, tais como o pessoal que oferece seu labor à empresa, recebendo em troca seus salários e benefícios sociais, o Estado, por meio de impostos diretos, indiretos e taxas, os financiadores que oferecem capital e empresa a título de financiamento, remunerados por juros, e os acionistas, que ao integralizarem o capital da empresa, recebem remuneração repartível, o dividendo.

3.3 Relatórios de Sustentabilidade

Para Garcia e Behr (2012) o Relatório de Sustentabilidade são ferramentas que as empresas podem utilizar para demonstrar ao público em geral as atividades desempenhadas nas áreas sociais, ambientais e econômicas. Pode também ser considerada uma importante ferramenta de cunho estratégico para reforçar a prática de Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Neste relatório de caráter documental, são evidenciados os esforços que as organizações fazem por seus colaboradores, dependentes, meio ambiente e comunidade, tornando pública a responsabilidade da organização comprovada por seus atos, fortalecendo, assim, o vínculo entre organização, sociedade e meio ambiente.

Observa-se que devido ao diferencial gerado pelo relatório de sustentabilidade, organizações tendem a desenvolver seus próprios relatórios com regimentos e normas próprias. No decorrer dos anos, criaram-se, então, alguns modelos que atendem e dão indicadores para a elaboração do relatório de forma clara, sucinta e compreensível ao público em geral.

Conforme descrito por Lima e Viegas (2002 apud GARCIA; BEHR, 2012) no Brasil, a maioria das organizações que elaboram o relatório de sustentabilidade utilizam as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI), que é uma rede internacional que constrói modelos para os relatórios de sustentabilidade, tornando possível o gerenciamento, comparação e divulgação dos resultados das organizações nas esferas social, ambiental e econômica.

De acordo com a GRI (2016), o relatório de sustentabilidade oferece suporte às organizações para que estabeleçam objetivos e metas, mensurando seu desempenho e gerenciando as mudanças necessárias para tornar suas operações sustentáveis. Por meio dele, as organizações podem divulgar aos seus stakeholders, os impactos econômicos sobre a sociedade e o meio ambiente, sejam eles positivos ou negativos. Dessa maneira, cria-se uma forma tangível de indagações abstratas, auxiliando as organizações a entenderem e gerenciarem com mais qualidade os efeitos do desenvolvimento da sustentabilidade sobre abordagens estratégicas.

Parâmetros e indicadores padronizados, permitem que as substâncias encontradas nos relatórios de sustentabilidade possam ser interpretadas e comparadas, possibilitando assim, informações aprimoradas para a tomada de decisões dos diferentes tipos de stakeholders. Para isso, a GRI, disponibilizou as Diretrizes G4, versão atualizada das orientações para uma elaboração eficaz do relatório de sustentabilidade, dividido em três categorias e especificados seus aspectos, a saber:

- a) Econômica: Desempenho econômico, presença de mercado, impactos econômicos indiretos e práticas de compra;
- b) Ambiental: Materiais, energia elétrica, água, biodiversidade, emissões, efluentes e resíduos, produtos e serviços, conformidade, transportes, avaliação ambiental de fornecedores, mecanismos de queixas e reclamações;
- c) Social: Práticas trabalhistas, direitos humanos e sociedade e responsabilidade pelo produto.

Estas três categorias demonstram de forma clara e objetiva, os direcionadores que devem reger um relatório de sustentabilidade nos padrões de qualidade da GRI, cada grupo, subgrupo, e itens, são conceituados e exemplificados de forma analítica em seu manual de preenchimento, cabendo à organização aplicar seus respectivos direcionadores em suas atividades.

4. Metodologia de pesquisa

Para o desenvolvimento deste artigo serão utilizados estudos acadêmicos e livros de autores que dissertam sobre a contabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável como estratégia empresarial.

Os métodos de pesquisa a serem utilizados se caracterizam como exploratório e descritivo. Para Silva (2006), o método de pesquisa exploratória objetiva trazer maiores conhecimentos sobre o tema/problema para assim construir hipóteses, o mesmo autor também define o método de pesquisa descritivo, como a própria descrição das características e variáveis dos fenômenos a serem estudados.

Num segundo momento, será realizado um estudo de caso, que segundo Gil (2009), é um dos vários modelos disponíveis para constituição e consolidação de conhecimento em uma área específica. Esse estudo terá como objeto os dados disponibilizados pela empresa Natura Cosméticos S/A.

5. Estudo de Caso

5.1 Apresentação da Empresa

Funda em 1969, a Natura Cosméticos S/A, é a maior multinacional brasileira comercializadora de cosméticos, produtos de higiene e beleza. A companhia desenvolve, fabrica, comercializa e distribui seus produtos, contando com vendas pela internet, mas seu principal sistema de vendas, as vendas diretas, funcionam em forma de parceria, possibilitando uma fonte de renda para suas revendedoras ou então chamadas consultoras da Natura, possibilitando que os produtos da organização alcancem um amplo nicho de mercado. Em 2015, esse sistema de vendas diretas em forma de parceria, chegou a contar com 1,37 milhões de consultoras no Brasil e 505 mil consultoras em operações Internacionais, como na Argentina, no Chile, na Colômbia, na França, no México e no Peru.

No Brasil, a organização conta com cinco fábricas, sendo, em Cajamar(SP) e Benevides (PA), com capacidade total de produção de 508 milhões de itens por ano, além de fabricação por meio de fornecedores terceirizados na Argentina, na Colômbia e no México.

A opção dessa organização para o estudo em questão se deu por sua evidente postura empresarial, e visão de sustentabilidade, expressando seu compromisso em desenvolver produtos com o menor impacto durante seu ciclo de existência, desde o processo de produção ao reaproveitamento e reciclagem de suas embalagens.

5.2 Análise das demonstrações publicadas pela empresa

Para a análise dos relatórios e demonstrações citadas nesse artigo, optou-se pelas demonstrações públicas e disponibilizadas pela empresa dos anos 2011, 2012 e 2013.

	2011	2012	2013
Receitas	6.847.933	8.515.446	9.392.024
Insumos de terceiros	(4.538.955)	(4.836.794)	5.424.798
Valor Adicionado Bruto	2.308.978	3.678.652	3.967.226
Retenções	(27.576)	(141.178)	(192.555)
Valor Adicionado produzido pela Sociedade	2.281.413	3.537.474	3.774.671
Valor Adicionado recebido em transferência	141.291	(161.805)	364.222
Valor Adicionado Total a distribuir	2.422.704	3.699.279	4.138.893

Fonte: Relatório Natura – Versão GRI (2013)

Tabela 1 – Resumo da Demonstração do Valor Adicionado – em milhares de reais

Conforme relatado anteriormente, a DVA é um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a sua distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração. Analisando a distribuição da riqueza gerada pela Natura Cosméticos S/A, é notório o crescente aumento do valor adicionado gerado pela empresa nos anos analisados (2011, 2012, 2013), que apresentou um aumento de 70% do valor adicionado líquido em relação ao primeiro e último período em questão. Na tabela a seguir, encontra-se uma análise do valor adicionado total distribuído nos anos de 2011, 2012 e 2013:

Distribuição do Valor Adicionado	2011	2012	2013
Pessoal e encargos sociais	10,4%	21,7%	22%
Impostos, taxas e contribuições	48,8%	47,1%	43,5%
Despesas Financeiras e Aluguéis	6,5%	7,9%	13,6%
Dividendos	31,5%	21,5%	19,6%
Juros sobre capital próprio	2,5%	1,6%	1,2%
Participação de acionistas não controladores	-	-	0,1%
Lucros Retidos	0,3%	0,2%	-1,0%

Fonte: Relatório Natura – Versão GRI (2013)

Tabela 2 – Distribuição do Valor Adicionado em %

Pode-se observar um aumento expressivo em relação à distribuição aos colaboradores e seus encargos sociais, demonstrando grande aumento na geração de emprego e renda para sociedade onde a empresa está localizada. Os impostos, taxas e contribuições não tiveram aumento expressivo em relação ao crescimento da receita bruta, evidenciando a competência e habilidade do conselho fiscal da organização na prática da elisão fiscal. Os dividendos tiveram uma queda gradual do índice de distribuição em relação ao valor a ser distribuído, porém apresentaram aumento monetário nos três períodos analisados. O Lucro retido no período de 2013 está negativo devido aos ajustes previstos pela Medida Provisória nº 627, estabelecendo que a isenção tributária para o pagamento dos dividendos somente é aplicável aos lucros calculados com base nos padrões contábeis brasileiros de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/76.

Matriz de Investimentos em Sustentabilidade	2011	2012	2013
Projetos e programas socioambientais	8,2	9,2	17,3
Promoções de canais de diálogo	2,0	1,5	2,4
Educação e entretenimento	21,3	19,1	14,4
Pesquisas em Tecnologia Sustentáveis	0,4	0,6	1,2
Despesas de Gestão	32,6	37,6	60,0
Certificações	0,1	0,2	0,1
Tecnologias Limpas	0,6	0,1	23,9
Tratamento de efluentes e disposição de resíduos sólidos	5,7	5,0	8,5
Total	70,9	73,2	127,7

Fonte: Relatório Natura – Versão GRI (2013)

Tabela 3 – Investimento em sustentabilidade – em milhares de reais – R\$

A tabela 3 demonstra a preocupação da organização com sustentabilidade de forma real e palpável, ou seja, o investimento monetário aplicado a áreas da sustentabilidade. Pode-se observar o constante aumento de investimentos nos projetos e programas socioambientais e o significativo aumento em 2013, que se refere a investimento em patrocínio e associações para sustentabilidade e projetos e programas relacionados com a água, resíduos sólidos, biodiversidade e mudanças climáticas. A redução dos valores aplicados em educação e treinamento, se deu pela otimização dos custos, principalmente relacionada com materiais didáticos utilizados por meios digitais e vídeo conferências. Quanto às pesquisas em tecnologias sustentáveis, observa-se uma evolução incessante nos investimentos ao decorrer dos períodos analisados. Os processos de certificação ISO 9000 e ISO 14000 tiveram uma redução dos valores investidos, devido aos processos de auditoria periódicos internos, que em 2012, eram feitos por auditores externos, já em 2013, passaram a ser realizados por auditores internos. O grande aumento dos investimentos em tecnologias limpas em 2013 ocorreu, principalmente, devido ao desenvolvimento de uma nova linha de produtos que leva um “selo verde de qualidade”.

Investimentos Crer para Ver	2011	2012	2013
Arrecadação Líquida do Programa (Milhares de R\$)	8.397	12.835	17.066
Penetração do Programa (% Ciclo)	9,5	12	15
Valor total dos projetos envolvidos e apoiados (Milhares de R\$)	5.838	15.361	16.566
Municípios atendidos	345	3.300	4.653
Escolas atendidas	4.943	72.000	73.703
Profs. Coordenadores e Diretores participantes	18.471	140.000	143.062
Alunos beneficiados	922.028	3.000.000	3.095.982
Total de Secretarias Municipais de Educação	-	-	3.860
Total de Secretarias Estaduais de Educação	-	-	27

Fonte: Relatório Natura – Versão GRI (2013)

Tabela 4 – Investimento no programa Crer para Ver

Observando as diretrizes do relatório de sustentabilidade estruturado pela GRI (G4), a Natura demonstra no quadro acima, a arrecadação e benefícios gerados por sua linha de produtos de maior destaque do ponto de vista social. Toda a arrecadação da linha dos produtos “Crer para ver” é revertida em sua totalidade para benefícios educacionais da sociedade, através de investimentos em projetos inovadores, fornecimento de livros e materiais que auxiliam na alfabetização dos alunos, plataformas digitais para apoiar o aprendizado do aluno e uma plataforma digital com a finalidade de fornecer informações e ferramentas de apoio à gestão das secretarias municipais de Educação. A arrecadação dessa linha de produtos dobrou entre os anos 2011, 2012 e 2013, isso demonstra o comprometimento e conscientização das consultoras, que possuem papel fundamental nas vendas, uma vez que as mesmas não recebem comissão nas negociações, no entanto, são conscientizadas do seu importante papel nesse ciclo de investimento social e podem ser reconhecidas por meios de prêmios promovidos pela organização. Torna-se evidente o grande crescimento de municípios, projetos, estudantes, escolas e profissionais da educação atendidos por meio do projeto “crer para ver”, afirmando a tendência de aumento de consumidores conscientes que passam a preferir e cobrar das organizações uma postura consciente e sustentável.

Investimento em Cultura	2011	2012	2013
Desenvolvimento Sustentável	1.900	12.282	50
Valorização da Cultura brasileira com foco em música	13.365	11.982	7.545
Comportamento e atitude	750	900	0
Fortalecimento de organizações da Sociedade Civil	2.790	2.311	1.382
Esportes	n.a	603	53
Total de recursos natura	18.806	28.078	9.030

Fonte: Relatório Natura – Versão GRI (2013)

Tabela 5 – Investimento em Cultura – em milhares de reais – R\$

A Organização também demonstra interesse na cultura e bem-estar da sociedade, realizando investimentos na cultura no formato da música, campanhas de educação comportamental e atitudes conscientes, promovendo esportes, com seus próprios recursos. Pode-se observar uma redução dos investimentos no ano de 2013, que se deu por meio das diretrizes orçamentárias da organização que previa essa redução.

Meta 2013	Desempenho 2013
Consumir 0,39 litro de água por unidade produzida no Brasil.	Não atingida. A natura atingiu 0,40 litro de água/unidade produzida no Brasil 9,5.
Registrar 83,2 horas de treinamento por colaborador em toda a Natura.	Atingida. A Natura registrou 90,3 horas médias de treinamento por colaborador, superando em 9% a meta.
Treinar 1.152 mil consultores (as) por tema no Brasil.	Atingida. A natura treinou 1.348 mil consultores (as) por tema no Brasil.
Arrecadar 14 milhões com a venda de produtos Crer para Ver no Brasil e 5,06 milhões em operações internacionais.	Parcialmente atingida. A Natura arrecadou 17,1 milhões no Brasil e 4,8 milhões em operações internacionais.
Atingir 14% de penetração de CNs no movimento Natura Brasil.	Atingida. A natura superou em 18% a meta para o período alcançando 16,5% de penetração.
Atingir 14% de penetração das consultoras e consultores no programa Crer para Ver no Brasil e 18,9% nas operações internacionais.	Parcialmente atingida. A natura atingiu 15% de penetração no Brasil e 17,6% nas operações internacionais.

Fonte: Relatório Natura – Versão GRI (2013)

Tabela 6 – Confronto meta x desempenho

Através do relatório de sustentabilidade, os stakeholders podem acompanhar as metas estabelecidas pela organização, julgando a sua relevância ou até mesmo cobrando da organização uma postura mais agressiva. Por sua vez, a organização demonstra suas metas estabelecidas, atingidas, não atingidas ou parcialmente atingidas, demonstrando transparência nas informações, como foi o caso do consumo de água por unidade produzida, em que se estabeleceu 0,39 litro de água, porém se realizou 0,40. No requisito treinamento, tanto de colaboradores como de consultoras, a organização não somente cumpriu as suas metas, mas também as superou, resultado este que repercutiu positivamente na penetração de mercado e consequente aumento das vendas.

5.3 Análise dos Resultados

Através das demonstrações e relatórios apresentados pela organização, torna-se evidente os cuidados para com o meio ambiente, sua sustentabilidade e o respeito para com a sociedade e os seus stakeholders. A empresa visa o lucro, como tem demonstrado pelo grande crescimento de suas receitas, mas não de forma inconsciente e inconsequente, ela adota uma postura de geração de valores para todos os envolvidos nos processos, gerando assim, transparência e fortalecendo sua imagem, que é traduzida em forma de admiração e fidelidade por parte de seus colaboradores, um novo nicho de mercado ecologicamente correto e a confiança de seus clientes.

6. Considerações Finais

O objetivo desse estudo foi analisar e compreender de que maneira são divulgadas e tratadas as informações de natureza contábil ambiental e a sua relação com o desenvolvimento sustentável. Mediante o estudo de caso realizado na empresa Natura Cosméticos S/A, observou-se que grande parte das informações de natureza contábil ambiental, obteve maior destaque no relatório de sustentabilidade da GRI (modelo completo), pois o mesmo absorveu todas as demonstrações contábeis da empresa de forma integral e as subdividiu, possibilitando uma análise detalhada e comentada de cada grupo, além de ter demonstrado por meio de quadros e tabelas, a composição e detalhamento de aspectos específicos que evidenciam a busca da mesma pelo desenvolvimento sustentável.

Através do referencial teórico, foi possível observar que ainda existem poucos autores e estudos voltados à área da contabilidade ambiental e responsabilidade social, fato este, entendido como reflexo da não existência de uma demonstração obrigatória e padronizada, instituída e cobrada pelos órgãos competentes, em harmonia com as normas internacionais de contabilidade, possibilitando análises e comparações entre as organizações, que sejam destinadas às empresas de pequeno, médio ou grande porte, e que utilizam os recursos naturais como fonte de matéria-prima, produto intermediário ou produzam algum tipo de resíduo potencialmente poluidor, seja ele dispersado na água, terra ou no ar.

Por fim, o estudo realizado pôde evidenciar a contabilidade ambiental como ferramenta de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, atuando de três formas: preservando o meio ambiente, por meio do desenvolvimento de novas tecnologias e reposição dos meios naturais utilizados, para a sociedade; gerando valor para os seus agentes, sejam eles, internos ou externos, e finalmente, para as organizações, que receberão prestígio e participarão desse crescente nicho de mercado sustentável e ecologicamente correto.

Referências

BRASIL. Lei n. 11.638/2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm#art1>. Acesso em Jun/2016.

CFC, Resolução CFC nº 1.003/04. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc>. Acesso em jun/2016.

COSTA, C. A. G. *Contabilidade Ambiental: Mensuração, Evidenciação e Transparência*. São Paulo/SP: Atlas, 2012.

GARCIA, F. T.; BEHR, A. *Análise da Interação da Contabilidade Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável nos Engenhos de Beneficiamento de Arroz de Santa Maria/RS*, REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade – Vol. 2, nº2 – Edição Especial Rio +20, Ago., p.21-38, 2012.

GIL, A. C.: *Estudo de caso: Fundamentação Científica Subsídios para coleta e análise de dados como redigir o relatório* – São Paulo: Atlas, 2009.

GRI, G4 Diretrizes para Relato de Sustentabilidade. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resource/library/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf>>. Acesso em jun/2016.

IBRACON, NPA 11 Balanço e Ecologia. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detPublicacao.php?cod=124>> Acesso em ago/2016.

KROETZ, C. E. S. *Balanço social, teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

LUCA, M. M. M. *Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB*. São Paulo: Atlas, 1998.

REIS, C. N. R.; MEDEIROS, L. E. M. *Responsabilidade social das empresas e balanço social: Meios propulsores do desenvolvimento econômico e social*. São Paulo/SP: Atlas. 2011.

SANTOS, A.; LUSTOSA, P. R. B. *Proposta de um modelo de DVA - Demonstração do Valor Adicionado - adequado ao novo desenho institucional e mercantil do setor elétrico brasileiro*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica - FIPE, 1998.

SILVA; A. C. R.: *Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: Orientação de estudos, Projetos, Artigos, Relatórios, Monografias, Dissertação, Teses* – São Paulo: Atlas, 2009.

TINOCO, J. E. P. *Balanço Social e o Relatório da Sustentabilidade*. São Paulo/SP: Atlas, 2010.

TINOCO, J. E. P; ROBLES, L. T. *A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global*. RAP Rio de Janeiro 40(6) :1077-96, Nov. /Dez. 2006.